

LÚCIA GARCIA

Mestre e doutoranda em história política pela
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

DE OLHO EM
EUCLIDES
DA CUNHA:

escritor por acidente
e repórter do sertão

Coordenação

Lilia Moritz Schwarcz e Lúcia Garcia

claroenigma

Copyright © 2009 by Lúcia Garcia

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa e projeto gráfico

Rita da Costa Aguiar

Fotos de capa

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional — Brasil (capa)

Fundação Casa de Rui Barbosa (quarta capa)

Preparação

Márcia Copola

Revisão

Andressa Bezerra da Silva

Arlete Zebber

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Garcia, Lúcia

Euclides da Cunha: escritor por acidente e repórter do sertão/ Lúcia Garcia. — São Paulo: Claro Enigma, 2009.

ISBN 978-85-61041-38-0

1. Cunha, Euclides da, 1866-1909 2. Cunha, Euclides da, 1886-1909.
Os sertões 3. Escritores brasileiros — Biografia 4. Jornalismo e literatura I. Título.

09-08961

CDD-928.699

Índice para catálogo sistemático:

1. Escritoras brasileiras: Vida e obra 928.699

[2009]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORIA CLARO ENIGMA

Rua São Lázaro, 233

01103 – 020 – São Paulo – SP

Telefone (11) 3707-3531

7 INTRODUÇÃO

14 CAPÍTULO I

O jovem cadete

18 CAPÍTULO II

Jornalista e engenheiro

27 CAPÍTULO III

*Euclides da Cunha,
repórter do sertão*

36 CAPÍTULO IV

*Os sertões: uma
interpretação do Brasil*

43 CAPÍTULO V

*Euclides da Cunha e
as instituições científicas*

54 CAPÍTULO VI

Fim de caso; fim de história

59 Para terminar

61 Leia mais

64 Cronologia de apoio

73 Sugestão de atividades

75 Créditos das imagens

77 Sobre a autora

INTRODUÇÃO

Euclides e seu tempo

No dia 18 de dezembro de 1906, aos quarenta anos, Euclides da Cunha ingressava na Academia Brasileira de Letras. Em seu discurso de posse, quando assumia a cadeira nº 7 em substituição ao poeta Valentim Magalhães, Euclides se definiu como um “escritor por acidente”.

À afirmação do autor poderíamos acrescentar que esse acidente teria sido providencial. Nas páginas que seguem, percorreremos a vida e a obra deste que é hoje considerado um dos mais importantes escritores brasileiros e cuja produção literária fundamental se imortalizou no livro *Os sertões*.

Euclides da Cunha foi um dos principais intérpretes do Brasil de seu tempo. Sua percepção escapava à realidade urbana e seguia rumo ao interior do país, transformando a aridez da vida e do território do homem agreste, sertanejo, num campo fértil de reflexão e em mote para a conscientização social e compreensão da nacionalidade brasileira.

Mas vale a pena recuperar o contexto sociopolítico e de ideias no qual se inseriu Euclides da Cunha, desde o seu nascimento, em 1866, até 1909, ano de sua morte.

O Império brasileiro, superada a turbulência do período regencial (1831-40), alcançou estabilidade a partir da década de 1850. A economia cafeeira permitiu a formação de uma base econômica sólida, desenvolvendo-se sobretudo

nas regiões de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, a qual favoreceu a consolidação do Estado imperial.

Em 1865, Brasil, Argentina e Uruguai — que compunham a Tríplice Aliança — iniciam um confronto militar, o mais longo e sangrento da América do Sul, contra o Paraguai. Apoiada pela Inglaterra, a Tríplice Aliança temia a emergência de mais uma potência na região da Bacia do Prata. Finda em 1870, a guerra trouxe consequências desastrosas para o Paraguai, que teve território e população dizimados. Para o Brasil, os desdobramentos foram igualmente graves: a monarquia viveu um momento mais popular, mas também o começo de seu declínio.

A Guerra do Paraguai abriu a brecha necessária para a difusão dos ideais republicanos ao deixar transparecer as contradições do Império brasileiro, nomeadamente no que diz respeito à escravidão. Houve ainda o fortalecimento do Exército, que ganhou a consciência de seu poder, rejeitando as alianças civis antes mantidas nas pastas militares.

A modernização decorrente da economia cafeeira, a Guerra do Paraguai, o crescimento das ideias abolicionistas e a fundação do Partido Republicano puseram fim à política de Conciliação predominante entre 1853 e 1868, que consistia numa alternância pacífica entre liberais e conservadores. O Brasil assistiu a partir de então à radicalização das facções políticas e à difusão do movimento republicano.

Em 1870, duas décadas após a extinção do tráfico, persistia a escravidão no Brasil. A Guerra de Secesão (1861-65) nos Estados Unidos provava que a exploração da mão de obra escrava tinha os seus dias contados, e, a essa altura, final do século XIX, apenas o Brasil, Cuba e Costa Rica insistiam

em manter vigente um sistema já ultrapassado e socialmente condenado.

Esse foi o contexto em que o ministério chefiado pelo visconde do Rio Branco apresentou, em 1871, o projeto da Lei do Ventre Livre, que declarava livres os filhos de escravos. A solução definitiva do problema da escravidão estaria, assim, no futuro, e, a partir de 1880, o debate sobre a questão seria retomado com mais vigor. Em 1883, a Confederação Abolicionista unificou o movimento em âmbito nacional, e o Império enfraquecia na medida em que, entre outros fatores, ampliava-se a luta abolicionista.

A questão servil se impunha e, com ela, também as questões religiosa e militar, decisivas para a queda da monarquia e para a posterior proclamação da República, em 1889.

Em 1872, os bispos de Olinda e de Belém, obedientes às ordens papais de interdição dos fiéis católicos pertencentes aos quadros da maçonaria, foram julgados e condenados pelo imperador d. Pedro II, que ordenou as suspensões. Embora os bispos tenham sido anistiados em 1875, sua prisão atingiu em cheio a Igreja, e esta se afastou do governo imperial.

O Exército, por sua vez, mantido em posição secundária até a Guerra do Paraguai, acaba por tomar consciência de sua importância nesse mesmo contexto. O descontentamento militar foi pouco a pouco se alastrando, e, sob a liderança de Benjamin Constant, as ideias republicanas e positivistas também se disseminaram. Esse foi o cenário de eclosão da Questão Militar. Alguns episódios que revelaram por meio da imprensa problemas internos do Exército — o que até então era proibido — culminaram na aproximação cada vez maior dos militares com os republicanos, o que favoreceu a

aliança que resultou no golpe de 15 de novembro de 1889, na proclamação da República.

Euclides da Cunha assistiu já na infância e em parte de sua juventude ao declínio da monarquia, e tornou-se um defensor das ideias republicanas. Viveu as tensões que antecederam o dia 15 e, proclamada a República, testemunhou as primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório representado pelo marechal Deodoro da Fonseca e por seu ministério, a política do Encilhamento, a primeira Constituição da República, em 1891, além da atuação de outros presidentes da República Velha, como Floriano Peixoto (1891-94), Prudente de Moraes (1894-98), Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-06) e os meses iniciais da gestão de Nilo Peçanha (junho de 1909 a 1910).

A primeira década do governo republicano trouxe o crescimento do mercado interno com a implantação do trabalho livre, mas, também, o endividamento externo, pois o governo não exportava em proporção significativa, de maneira a financiar as importações, e contraiu dívidas, principalmente com a Inglaterra. O freio às importações promoveu o estímulo à industrialização, de modo a preservar o modelo agroexportador, garantindo o abastecimento mediante o investimento na produção interna.

Nos idos de 1895 a economia cafeeira passou por uma forte crise. A produção crescia vertiginosamente, e o mercado consumidor europeu e norte-americano não se expandia na mesma proporção. Sendo a oferta maior que a procura, o preço do café sofreu uma queda importante no mercado internacional, o que trouxe graves prejuízos aos fazendeiros.

A solução encontrada pelas autoridades políticas para a

crise da economia cafeeira foi tomada durante o Convênio de Taubaté (1906), quando o governo concordou em adquirir o excedente mediante empréstimos no exterior. A solução não se mostrou, porém, eficaz e apenas adiou o desfecho da crise.

A crise do café pode também ser considerada uma consequência do processo crescente de modernização da economia. Por outro lado, o estado de carestia teve repercussões sociais bastante imediatas.

Exemplos mais ou menos diretos de protesto contra a opressão e a miséria foram a Revolta de Canudos e a do Contestado, a primeira no sertão baiano em 1896, e a segunda, entre 1912 e 1916, na região do Contestado, alvo de disputa entre Paraná e Santa Catarina. Nos dois casos, as aspirações dos rebelados eram expostas a partir de demonstrações de profunda religiosidade, daí o isolamento e a derrota pela violência praticada pelos poderes constituídos. Num momento, tomavam forma inquietações que revelavam a existência de dois Brasis: um civilizado e evoluído; outro “bárbaro” e isolado. O fato é que a crise econômica e a ambivalência política geravam descontentamentos de toda ordem.

Euclides da Cunha foi designado correspondente de guerra pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e esteve no arraial de Canudos durante a rebelião. Partiu rumo ao sertão baiano em 1897, aos 31 anos de idade. Da experiência resultou a obra *Os sertões*. Mais à frente nos deteremos no relato do escritor.

O que podemos adiantar é que Euclides viu de muito perto, em Canudos, não só a reação do tradicionalismo rural ao avanço do capitalismo, mas a “barbárie” que a pró-

pria civilização praticava contra o sertanejo. Compreendeu assim a dimensão humana e social do movimento, denunciando a ideia de que o que mobilizava aquela população seriam motivações políticas. Seu livro transformou-se numa acusação contra o desequilíbrio social praticado no Brasil e acerca da existência desses tantos Brasis desnudados em *Os sertões*.

Além de relatar a experiência no arraial de Canudos, a obra de Euclides da Cunha apresenta as novas ideias que circulavam no Brasil desde a década de 1870, baseadas nos modelos evolucionista e social-darwinista. A interpretação do país era realizada a partir de conceitos como progresso, ciência e labor. Diz o autor:

Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura.

Esses conceitos estavam presentes em alguns jornais do período. Particularmente na *Província de São Paulo* (futuro *O Estado de S. Paulo*), fundada em 1875 pelas elites paulistanas, encontrava-se a noção de que ela era um órgão “moderno”, fruto de uma cidade “progressista, científica e laboriosa”. Talvez por isso, nas páginas do jornal paulista publicavam-se cotidianamente as ideias de Charles Darwin, Herbert Spencer e Auguste Comte, quase como se estes formassem uma nova Santíssima Trindade.

E o mais interessante é notar que Euclides foi, desde dezembro de 1888, colaborador permanente da *Província*. Sob o pseudônimo de “Proudhon”, filósofo francês teórico do socialismo, o escritor assinava a seção “Questões Sociais”, e acabou por se imiscuir numa atmosfera que transpirava o “cientificismo” da época. Darwinismo social, positivismo, evolucionismo eram conceitos caros a esse período dado a determinismos de toda sorte.

Euclides da Cunha transitava entre a ciência e a literatura, o positivismo e o darwinismo social e geográfico, e, com certeza, adotava de maneira convicta o pseudônimo que escolhera para assinar a coluna dedicada às questões sociais do jornal, pois, a exemplo de Pierre-Joseph Proudhon, defendia a reorganização da sociedade, fundamentando-se no princípio da justiça, que deveria ser a base da harmonia social mas também do pensamento humano e das relações do homem com o meio. Euclides da Cunha era mesmo um bom leitor e tradutor de seu tempo!